



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA SETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE (07-10-2019).

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, na Câmara Municipal de Mariana, às quatorze horas e dezessete minutos, realizou-se a reunião da Comissão Permanente de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo (Presidente: Geraldo Sales; Vice-presidente: Juliano Vasconcelos; Vogal: José Jarbas). Estiveram presentes: os Vereadores Geraldo Sales, Juliano Vasconcelos, Marcelo Macedo, João Bosco Cerceau, Fernando Sampaio e a Vereadora Daniely Alves; o senhor Danilo Brito, Secretário Municipal de Saúde; o senhor Antônio de Moraes Lopes Júnior, Secretário Municipal de Meio Ambiente; o senhor Anderson Jesus de Paula, Assessor IV da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; o senhor Wander Moreira, Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, o senhor Leonardo Faria, Chefe de Pecuária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; o senhor Willian Magalhães, veterinário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; as senhoras Daniele Avelar, Caroline Pessoa e demais mães, membros da Comissão de Mães de Crianças Autistas.

ABERTURA: o Vereador Geraldo Sales iniciou os trabalhos questionando o Vereador Juliano Vasconcelos se deseja que seja realizada a leitura da Ata da reunião do dia vinte e três de setembro, não havendo manifestação contrária, a Ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida agradeceu a presença dos presentes e acrescentou que o primeiro projeto na pauta é o de nº 59/2019 que “Cria no município de Mariana o Controle, Defesa e Proteção aos Animais e dá outras providências” e que após ter conversado internamente com o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Secretário de Saúde, solicitou que o Projeto seja reelaborado e que, principalmente, sejam retirada as partes que dizem respeito aos animais de grande porte, tendo em vista que é algo que dificultaria a vida dos produtores rurais. Com a palavra, o Secretário de Saúde, Danilo Brito, agradeceu o espaço e salientou que o projeto não possui detalhamentos em relação aos animais de grande porte e justificou que foi enviado à Casa em cumprimento ao TAC assinado no fim do ano passado. Disse que a Promotoria encaminhou modelos da Prefeitura de Formiga e de Divinópolis e que esse projeto foi uma compilação dos dois, questionando, ainda, se o desejo da Comissão é que seja retirado tudo que diz respeito aos animais de grande porte. O Vereador Geraldo Sales respondeu dizendo que o TAC foi em cima de cães e gatos e que quando é dito animais domesticados, inclui os equinos, caprinos, suínos e bovinos, apontando que da forma que o projeto se encontraria muitas dificuldades para os produtores rurais. Sugeriu que as três Secretarias se reúnam e elaborem um Projeto de Lei mais adequado, tendo em vista que da forma em que se encontra é completamente inviável a implementação dele no município, acrescentando que seria mais adequado que retirassem a expressão animais domesticados e constasse apenas cães e gatos. Com a palavra, o senhor Leonardo Faria disse que são encontradas algumas lacunas no projeto e que na prática seria inviável a execução, acrescentando que o que incomoda neste projeto é que há pouca praticidade e que há alguns pontos na parte de cães e gatos que também seriam inviáveis. Com a palavra, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

senhor Willian Magalhães disse que no que se refere ao controle de zoonoses seria adequado que houvesse uma maior especificação, tendo em vista que atualmente há algumas enfermidades que possuem tratamento, mas que seriam inviáveis executá-los e no projeto, consta que a eutanásia só é realizada em casos de zoonoses não tratáveis. O Secretário Danilo Brito disse concordar com as colocações e que faz questão de convidar a ONG, na pessoa da senhora Poliane, para participar, tendo em vista que estiveram presentes na elaboração do referido projeto. Com a palavra o Vereador Juliano Vasconcelos justificou que o Projeto chegou a casa no mês de agosto e está tramitando desde então, acrescentando que a lei é muito extensa e que não adianta aprovar uma legislação e não ter como colocá-la em prática. Demonstrou preocupação no que diz respeito aos animais de grande porte, tendo em vista que a Secretaria de Desenvolvimento Rural já realiza um trabalho de recolhimento desses tipos de animais e que para poder retirá-lo, o proprietário precisa pagar uma taxa e caso não seja efetuado esse pagamento, o animal é leiloado. Disse que com essa legislação esse fluxo será invertido, tendo em vista que os animais de grande porte também passarão a ficar sob responsabilidade da Secretaria de Saúde e do CAA. Ainda com a palavra disse que seu voto é favorável ao Projeto e que o que é preciso decidir é como ficará a questão dos animais de grande porte, pois seriam duas Secretarias com a mesma competência, o que futuramente poderia gerar um conflito, solicitando, ainda, participar da reunião que acontecerá entre as Secretarias competentes para que possa contribuir com as alterações. Com a palavra, o Secretário Danilo Brito disse que quanto a eutanásiar os animais, principalmente de grande porte é algo que precisa ter cuidado e ser conversado, tendo em vista que a legislação não permite que essa prática seja realizada. Com a palavra, o Vereador João Bosco Cerceau disse que é isso que tem acontecido nos distritos, como não é permitido a eutanásia, os animais ficam no mesmo lugar e que quando é solicitado o recolhimento dos animais, as Secretarias Municipais ficam empurrando umas para as outras. O senhor Leonardo Faria disse que realmente não existe uma Secretaria e nem um profissional responsável por fazer esse tipo de recolhimento e que foi conversado com o Secretário de Defesa Social para que seja alinhada essa situação e designado um profissional para realizar esse trabalho. Com a palavra, o senhor Wander Moreira, Secretário de Desenvolvimento Rural, disse que não há definição de qual profissional será responsável, mas que quando houver casos como esses expostos, o adequado é ligar para a Guarda Municipal para que as devidas providências sejam tomadas. Com a palavra, o Secretário Danilo Brito disse que fará a diferenciação dos animais e que enviará os Projetos de forma separada, tratando em um Projeto sobre os animais de grande porte e em outro dos animais de pequeno porte. Os Vereadores Geraldo Sales e Juliano Vasconcelos cumprimentaram o senhor Antônio de Moraes, que assumiu o cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente. Além disso, o Vereador Juliano Vasconcelos disse que a lei será importante para realizar o controle de quais estabelecimentos poderão comercializar cães e gatos, tendo em vista que terá certas exigências para que essa comercialização seja realizada. Dando prosseguimento a pauta da reunião, o Vereador Geraldo Sales colocou em discussão o Projeto de Lei nº 11/2019 que “Declara de Utilidade Pública a Associação Instituto Fernando Moraes – Casa de Mariana” e o Vereador Juliano Vasconcelos disse que sua única dúvida diz respeito ao funcionamento do Instituto, mas que se estiver aberto ao público, seu voto é



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

favorável. Acrescentou que acha pertinente que viesse alguém do Instituto Fernando Morais para fazer a defesa do Projeto e fazer os devidos esclarecimentos em Plenário. Com a palavra, a Vereadora Daniely Alves, Presidente da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, disse que a Comissão também tem buscado informações a respeito do Instituto e que nas duas vezes em que tentaram visitar o local, estava fechado. Acrescentou que o Vereador Cristiano Vilas Boas, autor do projeto, informou que é um trabalho feito internamente com estagiários da UFOP e ficou de trazer essas pessoas à reunião para fazer os esclarecimentos. Com a palavra, o Vereador Juliano Vasconcelos sugeriu que seja convidado o Presidente da Instituição Fernando Morais para comparecer à próxima reunião para que possa sanar as dúvidas das Comissões. Quanto ao Projeto de Lei nº 66/2019 que “Institui o setembro Verde no âmbito do Município”, também de autoria do vereador Cristiano Vilas Boas, a Vereadora Daniely Alves disse que a Comissão de Finanças, Legislação e Justiça também está com dúvidas quanto ao projeto e que o Vereador autor ficou de prestar as devidas informações. O Vereador Geraldo Sales disse que o que chama atenção no projeto é quanto ao artigo que diz que os Poderes envidarão esforços para colaborar com a realização dos eventos. Com a palavra, o Vereador Juliano Vasconcelos salientou que seria interessante que o vereador autor participasse das reuniões a fim de fazer os devidos esclarecimentos e acrescentou que é favorável a todo Projeto que não possua vício de iniciativa. O Vereador Geraldo Sales ressaltou que a Comissão possui tempo regimental para fazer a análise dos projetos e, caso na próxima semana o Vereador autor não realize os esclarecimentos, o projeto receberá voto contrário da Comissão. Quanto ao projeto nº 62/2019 “Dispõe sobre o uso das calçadas e vias públicas, garantindo sua destinação prioritária para a circulação de pessoas e a convivência social” o Vereador Juliano Vasconcelos disse que será discutido na reunião da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça juntamente dos comerciantes locais, do setor de Fiscalização e Posturas e da Procuradoria Municipal, acrescentando que o Projeto foi muito bem elaborado e que há uma especificação mínima e máxima das calçadas e que a intenção é que não haja restrição de quais praças e calçadas poderão ter essas mesas e cadeiras, contanto que respeitem à legislação. O Vereador Geraldo Sales disse que esse projeto é de suma importância pois há um conflito de competência no município, pois o Código de Postura municipal autoriza que sejam colocadas mesas em calçadas com no mínimo 1,5m, entretanto há um Decreto-Lei que faz essa proibição o que faz com que não haja uma decisão efetiva a respeito do assunto, demonstrando voto favorável ao projeto, tendo em vista que será uma maneira de fomentar a economia local. A Vereadora Daniely Alves acrescentou que há outras cidades que acontece isso e é algo que tem dado muito certo. Dando prosseguimento a reunião, as mães integrantes da Comissão das Mães de Crianças Autistas foram convidadas para comporem o plenário. Quanto ao Projeto nº 53/2019 que “Cria o Programa de Prevenção ao suicídio e de promoção ao direito ao acesso à saúde mental entre jovens e adolescentes.” o Vereador Geraldo Sales questionou o secretário Danilo Brito se o referido projeto gera alguma despesa ao Município. O Secretário respondeu que sim, pois mesmo que a Secretaria tenha os profissionais e já exerça o serviço, terá que ser feita uma intensificação, tendo em vista que a saúde mental do município age de portas abertas e não de maneira incisiva. O Vereador Geraldo Sales disse que vota contrário ao Projeto, pois encontra-se com Vício



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

de Iniciativa, mas ressaltou sua importância, salientando que teria que ser de iniciativa do executivo, já que gera despesa. Pela ordem, o Vereador Juliano Vasconcelos disse que a iniciativa do Vereador autor, Antônio Marcos, é louvável, tendo em vista a importância de combater essa prática que vem crescendo do município, mas que se o PL gera custo ao, vota contrário pelo mesmo motivo do Vereador Geraldo Sales, salientando que no mérito a Comissão é favorável ao projeto, mas que devido ao fato de o Secretário de Saúde ter informado dessa despesa, fica inviável a tramitação de tal projeto na casa. Dando prosseguimento a pauta, o Vereador Geraldo Sales colocou em discussão o Projeto de Lei nº 53/2018 que “Dispõe sobre o direito de atendimento preferencial nos estabelecimentos às pessoas com transtorno do espectro Autista – TEA e seus responsáveis nos estabelecimentos públicos e privados no município de Mariana e dá outras providências”, passando a palavra para o Secretário de Saúde. Com a palavra, o Secretário Danilo Brito disse que sempre deixou a Secretaria de Saúde de portas abertas, salientando que a rede pública ainda precisa buscar melhorias no que diz respeito a este assunto. Disse que essa busca deve ser feita através de diálogo e que o cadastro das pessoas que possuem esse transtorno é importante para que haja planejamento e conhecimento de onde estão os pacientes. Disse que o ideal é que houvesse o conhecimento de quantos usuários existem na rede, acrescentando que seria interessante uma parceria entre a Secretaria de Saúde e de Educação, tendo em vista que é de suma importância que haja participação também dessa pasta, já que os professores também precisam passar por processos de capacitação. Com a palavra, o Vereador Geraldo Sales disse que ninguém é contra o Projeto, mas salientou que é muito pobre em técnica legislativa, acrescentando que é preciso que haja uma lei que atenda aos anseios das mães. Prosseguiu dizendo que poderia ser tudo englobado em uma legislação única, tendo em vista que é preciso que outros pontos sejam acertados e discutidos. O Vereador Marcelo Macedo disse que é possível melhorar o Projeto trabalhando em conjunto com as mães e as Secretarias. Com a palavra, a senhora Daniele Avelar disse que como representante das Comissões das Mães encontra-se muito feliz, pois o executivo tem sido muito parceiro e tido boa vontade em atuar frente a essa causa. Questionou o motivo de o porquê de ninguém ter entrado com outro projeto antes, tendo em vista que já é algo de conhecimento de todos. Disse que a carteirinha é algo necessário para evitar que as mães passem por momentos de constrangimento, ressaltando que há outras questões que precisam ser discutidas, tendo em vista que há muitas coisas para serem ajustadas no município no que diz respeito a inclusão dos autistas. O Vereador Geraldo Sales acrescentou que o necessário é melhorar o projeto a fim de que não gere despesa, e que o ideal é que essa iniciativa parta do Executivo. Pela ordem, o Vereador Juliano Vasconcelos reforçou que a Comissão não é contrária ao mérito do Projeto, mas que se realmente gera despesa ao Executivo, sua aprovação não é indicada, tendo em vista que se qualquer cidadão for contrário, pode entrar com uma ADIN, que acarretará em revogação da legislação, acrescentando que mesmo com Parecer contrário desta Comissão, o projeto pode ir a plenário e ser aprovado. A senhora Daniele Avelar disse que foi sancionada pelo Governador Romeu Zema uma Lei Estadual sobre atendimento preferencial aos autistas e solicitou que haja maior atenção quanto as carteirinhas e que reconhece que as propostas a respeito de políticas públicas provavelmente chegarão a esta



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Casa, visto que já é algo que vem sendo discutido. Pela ordem, a Vereador Daniely Alves disse que essas questões já haviam sido apontadas na reunião da Comissão de Finanças, Legislação de Justiça e acrescentou que a princípio não conseguiam enxergar onde o projeto geraria despesa ao município, visto que seria apenas uma adequação do dinheiro que já é investido. Com a palavra, o Secretário de Saúde, Danilo Brito, disse que defende que tudo que será tratado na Lei não é para um grupo restrito e que devido as diferenças entre os setores públicos e privados vai ser preciso que haja uma conversa e investimento para que todos os setores estejam preparados para cumprir a lei, e acrescentou que é preciso haver uma regulamentação de quem receberá esse atendimento preferencial, se serão só os autistas ou se as mães ou acompanhantes também estão inclusos. A senhora Daniele Avelar respondeu que esse atendimento prioritário inclui também as mães ou acompanhantes, tendo em vista que os autistas não conseguem estar durante muito tempo em um mesmo local. O Vereador Geraldo Sales decidiu que a discussão sobre o Projeto será adiada, solicitando que os técnicos também estejam presentes na reunião. Disse também que propõe uma reunião com a Secretaria de Planejamento e a Procuradoria Municipal para esclarecerem se o projeto gera custos. O Secretário de Saúde ressaltou que custos serão gerados, tendo em vista que haverá emissão das carteirinhas e reforçou que é preciso que haja maior especificação de quem ficará responsável por essa emissão. Com a palavra, a senhora Caroline Pessoa, membro da Comissão das Mães, disse que a capacitação dos profissionais é de suma importância e que a confecção da carteirinha é o primeiro passo para isso, tendo em vista que é preciso ter conhecimento do número de portadores do transtorno, até mesmo para que haja controle da verba que será dispensada para tal serviço. O Secretário Danilo Brito disse que providenciará o edital de chamamento e que o cadastramento poderá ser feito na Secretaria de Saúde, onde também será preenchido o questionário para possibilitar maior conhecimento e controle por parte da Saúde. Com a palavra a senhora Daniele Avelar esclareceu que após buscas, tomou conhecimento de que há 159 crianças portadoras do transtorno do espectro autista na cidade. De volta com a palavra o Secretário Danilo Brito se comprometeu a preparar os profissionais e a fazer campanhas educativas a fim de que seja implementada uma lei e que na prática ela funcione. Pela ordem, o Vereador Fernando Sampaio disse que a carteirinha para identificação é o primeiro passo que tem que ser feito e que quando for feito o cadastro ficará registrado e dessa forma, será possível realizar o controle. A Vereadora Daniely Alves questionou se essa demanda da confecção das carteirinhas não poderia ser custeada pelo Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência. A senhora Gilma, também membro da Comissão das Mães, disse que não entende a dificuldade de confecção das carteirinhas, tendo em vista que para as pessoas que possuem outros tipos de deficiência essa emissão acontece sem problema algum e salientou que é preciso que a Secretaria de Educação do município também esteja presente nesse processo. Pela ordem, o Vereador Ronaldo Alves salientou que é importante a forma em que estão sendo debatidos os temas e acrescentou que seria interessante adequar a legislação municipal no que diz respeito à concessão de carteirinhas aos portadores de deficiência. Colocou toda a Casa à disposição tendo em vista a importância do assunto. Com a palavra, o Secretário de Saúde salientou que a carteirinha não é apenas uma confecção material para apresentação, mas que é para também haja a possibilidade de monitoramento dessas



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

peçoas. Salientou que é importante a criação de uma política pública de curto, médio e longo prazo e disse que conta com a contribuição das mães, dos demais profissionais e da Casa, comprometendo-se, ainda, a publicar o edital até a próxima semana. O Vereador Juliano Vasconcelos, presidindo a reunião, questionou se pode ser agendada uma nova reunião para que seja iniciado esse trabalho de construção conjunto do novo Projeto de Lei. Com a palavra, o vereador Antônio Marcos, autor do Projeto em discussão, disse que não possui vaidade nenhuma em ter um projeto rejeitado pelo fato de gerar despesa ao município, mas que o objetivo é que as metas contidas nele sejam alcançadas, frisando que o bem da população é o que mais importa. O Vereador Juliano Vasconcelos solicitou que seja agendada uma reunião com a presença dos Secretários de Saúde e de Desenvolvimento Social e Cidadania, com Secretária de Educação e com a Comissão das Mães, se possível no próximo dia vinte e dois, para dar prosseguimento ao assunto. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais nada a tratar, o Vereador Juliano Vasconcelos encerrou a reunião às dezesseis horas e seis minutos.